
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO CÃO PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA DIRETRIZ PARA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

THE SOCIAL REPRESENTATION OF DOGS FOR HOMELESS PEOPLE: A GUIDELINE FOR PUBLIC POLICY CONSTRUCTION

Adão Alves de Freitas¹

Ana Paula Ferreira Gomes²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo a compreensão do indivíduo em situação de rua e a relação com seu cão, a fim de se inferir como esta dinâmica pode contribuir e auxiliar no planejamento de intervenção junto a esta população e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse público. O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, de cunho exploratório e descritivo, de natureza qualitativa. É importante ressaltar que essa relação se apresenta de grande valia, pois a partir dela ocorre a promoção de saúde mental dessas pessoas. Além disso, os cães são facilitadores para que se possa ocorrer a reinserção social dessa parcela da população que vive em situação de rua. Entretanto, apesar dos benefícios comprovados dessa relação, ainda é um tema pouco explorado ou até mesmo ignorado, levando quase sempre à desconsideração do seu potencial terapêutico e socializador. O trabalho poderá ser utilizado para levantar reflexões acerca das necessidades dessas populações, bem como auxiliar no planejamento e estratégias de intervenção junto a essa população.

Palavras-chave: Representação Social. Estratégias de Intervenção. Cães Abandonados. Políticas Públicas. Vínculo Afetivo.

ABSTRACT

This scientific paper had aimed to understand the homeless people and the relationship with their dogs, in order to infer how this dynamic can contribute and assist in the planning of intervention towards to this population and contribute to the development of public policies. The present paper consisted of a field research, exploratory, descriptive and qualitative nature. Since this relationship has huge value because through it, there is possibility of mental health promotion of this population. Besides that, dogs are facilitators of the social reintegration of this marginalized people. However, in despite of the proven benefits of this relationship, it is still a little bit explored or even ignored theme leading to disregard of its therapeutic and

¹ Graduado em Psicologia. Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: adaoalvs@gmail.com

² Mestre pela Faculdade Pequeno Príncipe, Secretaria Municipal de Curitiba, Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: apferreiragomes@gmail.com

socializing potential. This paper can be used to raise reflections about what are the needs of these population, as well as can be used as a tool when is focusing on assisting planning and intervention strategies for this population.

Keywords: Social Representation. Intervention Strategies. Homeless Dogs. Public Policy. Affective Bond.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou descortinar o universo das pessoas em situação de rua e seus cães. Historicamente, esta população, tantas vezes negligenciada e marcada pela ausência de direitos, vive à mercê da população em geral, que a desqualifica e discrimina, levando-a à invisibilidade, seja por falta de um emprego fixo, seja por falta de uma moradia regular ou por falta de vínculos familiares que lhes atribuem serem legitimados como sujeitos ativos de seu processo histórico.

Nesse contexto, que persiste ao longo do tempo, pode-se tentar buscar respostas do porquê de as pessoas passarem a viver nas ruas, o que remete diretamente ao agravamento da crise econômica, ao aumento do desemprego, e conseqüentemente acarreta pessoas com falta de perspectivas, perda do poder aquisitivo ou mesmo perda das moradias, indo viver nas ruas. É nesta situação que estão inseridas as pessoas em situação de rua, formada por pessoas com diferentes características e realidades, porém comungam um ponto em comum que é a pobreza absoluta. Podem ser homens, mulheres, jovens ou até mesmo famílias completas que possuem em trajeto de vida, a realização de que qualquer atividade que envolvia o trabalho, o qual foi essencial para a formação de suas identidades sociais, mas que com o passar do tempo, devido a alguma situação fora do controle pessoal, como desemprego, fim de algum laço afetivo, ocasionando a perda de perspectiva de projeto (trabalho remunerado, residência fixa, família) que alicerçavam suas vidas. Portanto, passam a viver e utilizar o ambiente da rua como meio de sobrevivência e moradia (Costa, 2005).

No Brasil, aspectos culturais apontam a persistência de comportamentos de repressão e segregação, ou até mesmo a desvalia das pessoas que vivem nas ruas, desencadeando alicerces que servem como desculpa para ações de cunho violento, manifestadas em inúmeros segmentos da sociedade, tais como atos violentos como a queima de pessoas enquanto estão dormindo, a execução e extermínio, além da violência verbal apresentada com frequência no dia a dia das cidades, produzindo e reproduzindo a exclusão destas pessoas (Costa, 2005).

Desta forma, os processos sociais excludentes passam a reproduzir e refletem formas sociais nas quais há o desrespeito à condição de cidadão. É nesse contexto, nas quais as privações sofridas por essa população de excluídos transcendem os processos de exclusão material e se transformam numa autêntica violência propriamente dita em todas suas ramificações. Desta forma, as pessoas excluídas dos meios de produção das cidades, do território e simbolicamente,

acabam por perder de forma progressiva a capacidade de criar estratégias para vencer os obstáculos enfrentados no dia a dia de um espaço excludente (Lopes, 2006).

Para agravar mais a situação, o Brasil não possui um censo demográfico oficial nacional sobre a população em situação de rua como o realizado pelo IBGE, que faz a contagem da população em geral a cada 10 anos. Mesmo que seja uma pauta das entidades do setor dos direitos humanos, a informação sobre qual é o número de pessoas vivendo nas ruas deverá permanecer desconhecida no censo de 2020 (Melito, 2018). Esta falta de dados em termos nacionais acarreta prejuízo no que diz respeito a implementação de políticas públicas destinadas a esta parcela da população, levando à reprodução de invisibilidade social desta no âmbito das políticas sociais. Para que se possa ter uma população estimada de 101.854 pessoas em situação de rua, foi utilizado dados referentes a 1.924 municípios por meio do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) (Natalino, 2016).

A prática desordenada desse abandono remete a várias consequências, como a utilização da rua pelos animais que foram abandonados que não tem o que comer, acarretando a desnutrição, a ausência de vacinação e a ocupação de locais úmidos e sujos, maior probabilidade de contrair doenças e contaminar as pessoas, tais como raiva, leishmaniose, cinomose, giárdia que significam enormes prejuízos à saúde dos seres humanos, sem citar a probabilidade de acontecer acidentes de trânsito.

Consequentemente, esse descarte de animais nas ruas se torna evidentemente um problema de ordem social: o aumento da quantidade de animais que vivem nas ruas, torna-se mais que um incômodo para a sociedade, tendo em vista que quando não empreendidas medidas preventivas, há a reprodução de forma rápida, acarretando diversos transtornos, tanto no que diz respeito à vida das pessoas como de ordem ambiental e desdobra-se em uma questão de saúde pública (transmissão de doenças). Uma vez que esses animais se encontram nas ruas e precisam se alimentar, eles reviram os lixos e buscam locais escuros para se abrigarem e se sentirem protegidos. Outras vezes, podem atacar as pessoas quando se sentem sem saída e medo de serem machucados. Além disso, mesmo os animais que não atacam os seres humanos devido a sua condição de total de dependência, são acometidos por diferentes tipos de maus tratos, mutilações e para piorar a situação, muitas vezes são exterminados por aqueles que se sentem aborrecidos pelo seu cheiro ruim, infestação de pulgas, ou pelo o modo que esses animais lançam o olhar, uma vez que esse olhar explicita a fome e sofrimento passado nas ruas (Conde, 2017).

O abandono de animais, ocasiona prejuízos no que concerne à saúde pública, social, ecológica, econômica e do bem-estar animal. Dentre as principais causas desse abandono estão os problemas comportamentais dos animais, problemas relacionados à falta de espaço nas moradias, ou mesmo o estilo de vida dos proprietários, e ainda, a falta de informação sobre as responsabilidades e custos gerados quando se possui animais. Em virtude da pressão de alguns setores da sociedade há um crescimento no número de leis municipais brasileiras que dizem respeito ao bem-estar animal. Porém, os animais abandonados, devem ser considerados e encarados como responsabilidade da própria sociedade (Alves et al., 2013).

É importante ressaltar que a temática relacionada ao abandono de cães na rua ainda é escassa na literatura brasileira e latino-americana. Geralmente, as informações disponíveis

são provenientes de países como os EUA e mesmo de alguns países da Ásia. Mesmo que a realidade desses países seja diferente da América Latina, a análise sobre os fatores de risco de abandono nos países supracitados podem ser o pontapé inicial para o conhecimento mais detalhado da situação latina americana (Alves et al. 2013).

Perante esta realidade, Carvalho et al. (2011) ressaltam a necessidade de trabalho constante no que diz respeito à conscientização sobre a posse responsável de animais e controle de zoonoses. Deste modo, os autores enfatizam que a promoção de estratégias de ações educativas tais como campanhas, ou mesmo grupos de conversas, palestras e debates se tornam relevantes no que tange ao início e manutenção de forma adequada da relação homem/cão, a fim de se evitar o abandono de cães.

Perante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo compreender o indivíduo em situação de rua e a relação com seu cão, a fim de se inferir como esta dinâmica pode contribuir e ajudar no planejamento de intervenção junto à esta população e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esse público. Desta forma, o encontro desses animais com as pessoas que vivem nas ruas, marginalizadas, impulsionou a questão de pesquisa, a estrutura e formulação deste trabalho. Teve-se como questão norteadora: “Qual é a representação social do cão para as pessoas em situação de rua?”.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma pesquisa de campo, de cunho exploratório e descritivo, de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa abarca uma imersão no mundo dos significados das ações e relacionamentos humanos, o que equivale a um lado imperceptível e não captável em qualquer tipo de equações e estatísticas (Minayo, 2001).

Entende-se por entrevista semiestruturada quando há a combinação de perguntas fechadas e abertas. Diante disso, o entrevistado conta com a possibilidade falar sobre o tema alvo da entrevista sem que com isso fique atado às questões formuladas (Minayo, 2005).

Para a participação da pesquisa, foram incluídos sujeitos que atenderam os critérios de inclusão, sendo estes: pessoas em situação de rua, maiores de 18 anos, de qualquer gênero e qualquer religião, que possuíam cães e que aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do termo de consentimento livre esclarecido – TCLE. Consequentemente, apontaram-se como critérios de exclusão: pessoas que não se encontravam em situação de rua, menores de 18 anos; pessoas que não possuíam cães e que não aceitassem participar da pesquisa; ademais, pessoas sob efeitos de substâncias psicotrópicas ou com transtornos psicológicos que comprometessem a comunicação durante a pesquisa.

Ao todo, os participantes do estudo foram 10 pessoas em situação de rua que possuem cães de companhia, abordados em espaços públicos nas cidades de Curitiba, Piraquara e São José dos Pinhais.

Para a coleta de dados utilizou-se um roteiro semiestruturado (apêndice A) dividido em 04 partes (a, b, c, d), com 20 questões, com perguntas de caráter investigatório e exploratório:

- Dados Pessoais: nome, idade, sexo.
- Dados sociais: relações interpessoais (família/ amigos;)
- Dados sobre a relação da pessoa em situação de rua e cães;
- Dados sobre utilização de serviços de assistência a pessoas em situação de rua.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, inicialmente, foi realizada sondagem para verificar os locais onde havia mais moradores em situação de rua que possuam cães. Posteriormente, foram realizadas conversas informais para a garantia da interação e confiabilidade entre pesquisador e pesquisados.

Após esta etapa, houve a abordagem individual do público alvo da pesquisa, sendo explicada a finalidade e importância do trabalho. Também foram descritos e informados o conteúdo e os objetivos da pesquisa, e a seguir as pessoas em situação de rua, que possuísem cães foram convidadas a participar da pesquisa.

Na sequência, aqueles que aceitaram, foram orientados sobre o TCLE, sendo solicitado sua assinatura, possibilitando, assim a participação na pesquisa. Após firmado o TCLE os participantes responderam à pesquisa, de acordo com a disponibilidade de tempo do entrevistado, com duração aproximada de 30 minutos para cada participante.

Os dados coletados foram compilados e agrupados em planilhas, organizados e debatidos, sendo comparados com a literatura pertinente ao tema, o que permitiram a análise, discussão e interpretação das falas emitidas pelas pessoas entrevistadas.

Para tanto, utilizou-se como metodologia a Análise de conteúdo proposta por Minayo. Nesta perspectiva, seguiu-se os passos propostos pela autora para a análise do conteúdo: a) ordenação dos dados – mapeamento dos dados coletados na pesquisa de campo, nova leitura do material; b) classificação do material – dados construídos a partir do que se é questionado e sobre o que é feito deles levando em consideração a fundamentação teórica, identificado o que é realmente importante, relevante, permitindo elaboração de categorias exclusivas, tendo como objetivo indicar o agrupamento de informações visíveis na comunicação; c) análise final – estabelecimento de reunião entre os dados e as referências (Minayo, 2001).

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pequeno Príncipe³.

Para a realização da entrevista foram tomados cuidados com o intuito de preservar a individualidade dos entrevistados e causar o menor impacto possível, preservando-se o anonimato dos participantes e não interferindo no seu dia a dia. Desta forma, os indivíduos foram respeitados e não abordados em momentos de descanso, quando estavam fazendo suas refeições ou em momentos de lazer. Além disso, houve a ponderação entre riscos e benefícios, levando-se em conta tanto aqueles conhecidos como os possíveis, individuais ou coletivos, havendo o comprometimento com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos.

Os benefícios elencados aos participantes abordam a possibilidade de uma maior quantidade de estudos referentes a esta população e seus cães, objetivando ser uma

³ Parecer número: 2.827.903

contribuição futura, para o auxílio e reflexão na elaboração e aplicação de estratégias de conscientização/intervenção visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua e seus animais.

Os riscos envolvidos aos participantes diziam respeito à quebra de sigilo e anonimato das informações. O anonimato dos participantes foi preservado, não sendo divulgado o nome e qualquer outro dado ou informação a respeito do entrevistado. Além disso, qualquer aspecto que possa de alguma forma lhe identificar foi mantido em sigilo. Desta forma, foram utilizados codinomes tais como participante 1, participante 2, etc, em ordem numérica, para que os resultados fossem apresentados, garantindo o anonimato dos participantes. Além desses cuidados, orientou-se que o participante da pesquisa pôde recusar a participação do estudo ou mesmo retirar seu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Se optasse por se retirar da pesquisa não sofreria qualquer prejuízo.

No que tange ao sentimento de exposição, buscou-se minimizar este sentimento de vulnerabilidade através da elucidação dos procedimentos da pesquisa, focando seus benefícios, e caso houvesse demanda ou a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico foi ofertado o encaminhamento ao serviço de clínica escola das Faculdades Pequeno Príncipe para realização de uma sessão gratuita de terapia para acolhimento e suporte psicológico, custeada pelo pesquisador e aluno de Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram descritos os dados sociais dos 10 participantes da pesquisa, sendo que a idade prevalente da população estudada foi acima de 20 anos.

Além disso, a população amostral mostrou-se predominantemente masculina. Houve apenas uma representante. No que tange ao estado civil, foi constatado que 10 pessoas não tinham companheiros (as), sendo que 03 delas haviam passado por separação do cônjuge.

No que diz respeito à origem: 06 pessoas eram originárias do Estado do Paraná e 04 eram de outros Estados. Quanto a escolaridade 04 participantes apresentavam nível fundamental incompleto, 02- nível fundamental completo, 03- nível médio incompleto e 01 pessoa apresentava nível médio completo.

O perfil identificado na pesquisa se mostrou semelhante aos dados da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, no ano de 2008, que revelou nas 71 cidades onde a pesquisa foi realizada, 31.922 indivíduos adultos em situação de rua (BRASIL, 2008). Se somados aos números verificados em outras pesquisas municipais realizadas em São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, chega-se a aproximadamente 50 mil pessoas em situação de rua. Entretanto, esse número não deve ser encarado como o número total de indivíduos que passam por essa situação, visto que a pesquisa englobou apenas pessoas adultas, além disso, não foi realizada no número total de municípios. Essa pesquisa demonstrou que a população em Situação de Rua é formada em sua maioria por homens (82%). O número de negros é de 62%, sendo a população de negros no Brasil é de 50,7%, de acordo com Censo Demográfico de 2010 e que a maior parte dessa

parcela da população é formada por pessoas que trabalham e tem algum tipo de atividade com remuneração (70%). Dentre os principais motivos que fizeram com que passassem à condição de pessoas em situação de rua estão o desemprego (29,8%), brigas familiares (29,1%), álcool/drogas (35,5%) (Brasil, 2014).

Em se tratando da cidade de Curitiba, pesquisa realizada pela Fundação de Assistência Social (FAS) em 2016, estima-se uma população de 1.715 mil pessoas nessa situação no município. Levando-se em conta o universo de 1.133 indivíduos em situação de rua que foram entrevistados, verificou-se que 31% dos entrevistados tem origem no interior do Paraná, 48,2% é natural de Curitiba e região metropolitana. Dentre os principais motivos para se viver nas ruas estão o uso de álcool (24,7%) e drogas (27%), e conflitos familiares (22,3) (Piva, 2016).

No que diz respeito à resposta dos entrevistados sobre os motivos que provocaram a ida para as ruas, sete entrevistados (70%) apontaram conflitos familiares como o principal motivo; entretanto, no que tange ao contato com familiares, oito entrevistados (80%) afirmaram ter contato com familiares, mesmo que seja um contato superficial e distante, dois (20%) afirmaram não ter qualquer forma de contato com seus familiares. O uso de substâncias psicoativas foi relatado por dois (20%) como motivo para estar nas ruas, e, um (10%) participante referiu como motivo o falecimento de familiar. Portanto, os dados encontrados se mostraram similares aos dados de outras capitais, bem como com os dados da pesquisa realizada pela FAS Curitiba – sobre o uso de substâncias psicoativas como um dos fatores que influenciam a vivência nas ruas.

Quanto ao uso de substâncias, estudo de Kidd & Kidd (1994) com população de rua refere que: “Embora nenhum dos entrevistados tinha odor de álcool ou sinais de uso de drogas durante a entrevista. 10 % dos entrevistados mencionaram ter problemas com álcool e drogas”. Este fato também foi observado durante a coleta de dados da presente pesquisa, na abordagem inicial foi percebido que alguns dos prováveis participantes da pesquisa estavam sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas, desta forma, elas não puderam ser inseridas na pesquisa, como previsto nos critérios de exclusão.

Na sequência descreve-se a análise dos dados qualitativos, por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Minayo (2016) seguindo as etapas: pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados/ inferências/ interpretação. A partir da exploração do material da pesquisa, os dados foram categorizados, formando os seguintes núcleos de sentido: a representação social do cão, vínculo afetivo; benefícios de se ter um cão, o cão como protetor; Escolha: abrigo/permanecer nas ruas. Desta forma, optou-se por apresentar os dados seguidos de suas respectivas discussões.

Por que falar de representações sociais? Ora, as Representações Sociais são construções esquemáticas que tem como objetivo dar resposta à complexidade do objeto. Portanto, elas são facilitadoras da comunicação e também orientadora de condutas. Deste modo, essa teoria é útil no sentido de modelar a identidade grupal e também a sensação de pertencimento da pessoa ao grupo (Mazzotti, 1994).

Nesse sentido, o representar tem o significado de trazer para o presente as coisas que estão ausentes e faz apresentação de tal modo que haja a satisfação das condições de coerência

argumentativa e da integralidade do grupo (Moscovici, 2017). É esse o enfoque buscado pela pesquisa. Através da verbalização dos participantes, poder-se-ia construir a representação que o cão possuía para eles.

Mais além, Ciampa (2004), diz que a identidade é formada a partir do grupo onde se está inserido. No caso das pessoas em situação de rua, a identidade individual se perdeu há tempos. Há apenas a identificação grupal e com seus animais de estimação. O conhecimento de si é fornecido através do reconhecimento mútuo das pessoas identificadas por meio de um grupo social específico que existe de forma objetiva, que possui sua história, tradições, normas e interesses. Por meios das relações entre os seus membros e com o contexto onde estão inseridos, ou seja, por meio da sua prática, do seu agir. É a identidade como o processo de identificação.

Nesse contexto, o tema “A representação do cão para as pessoas em situação de rua”, foi formado a partir da seleção de alguns depoimentos dos entrevistados que denotassem qual era a identificação, qual era as palavras utilizadas para definir seus pets. Em geral, os entrevistados expressaram diversas palavras para representar o significado do cão para eles: as palavras mais citadas foram amigo e companheiro: “Amigo, companheiro, a única certeza, obediência, te espera a sua chegada” (Fala do participante 04); ou “Tem sentimento, companheiro, é fiel, entende gente, na rua só tem amigos de drogas, o cachorro é leal, não te abandona, é fiel” (Fala do participante 06).

As falas dos participantes simbolizam o significado que o cão tem para as pessoas em situação de rua, possibilitando a identificação do núcleo de sentidos relacionados a identificação de laços relacionais das pessoas em situação de rua e seus cães tais como: o cão como amigo/companheiro; cão como membro da família; ou seja, pode ser percebido o afeto e o vínculo como componentes da representação social do cão, para as pessoas em situação de rua.

Desta forma, as denominações utilizadas pelas pessoas em situação de rua revelam o significado que o cão tem para eles. Essa gama de significados nos remete à representação pois ela torna o não familiar em familiar (Moscovici, 2015). Ela é um conjunto de valores, ideias e práticas que tem como funções a orientação das pessoas em seu contexto social, além de possibilitar a comunicação entre as pessoas.

Para que o processo de construção de uma representação social seja efetivado, há dois processos que são essenciais: a ancoragem e a objetivação. Esses dois aspectos são o alicerce das representações sociais.

A ancoragem diz respeito ao processo de tomar posse de algo que não é conhecido, portanto, novo, estranho, para que se torne familiar, a partir da redução em categorias e imagens comuns (Moscovici, 2015).

Ao passo que a objetivação, diz respeito ao processo que tem como finalidade fazer com que materiais não familiares se tornem conteúdos familiares, indo do plano abstrato para o plano físico, logo acessível. Entretanto, para que isso ocorra, há a necessidade de que o conceito seja internalizado. Deste modo, o intelecto faz o reconhecimento daquilo como algo que pertence ao mundo exterior sem perceber que na verdade é uma constituição que foi

elaborada ou absorvida pelo próprio sujeito. Diante disso, a objetivação é encarada como uma lente que reflete nossa percepção do mundo a nossa volta (Moscovici, 2015, p. 71).

É necessário ressaltar que quem produz a representação social das pessoas em situação de rua são as pessoas em geral e, nesse sentido, ela geralmente vem impregnada de estigmas e preconceitos em direção a essa população marginalizada e desconsidera toda a história singular dessas pessoas. Esta situação de vulnerabilidade social reverbera nas relações sociais, de modo que na interação dessa população com a parcela da população que vivem nas ruas, há olhares com medo, de esguelha, ou mesmo de constrangimento. Outros as encaram como perigosas e tratam de se apressar para fugir do encontro. Outras pessoas as veem como vagabundas e justificam o motivo delas estarem vivendo nas ruas por não haver desejo de querer trabalhar e a partir disso, as encaram de forma hostil. Muitas outras pessoas cruzam as ruas receosas de sua abordagem com o intuito de pedir esmolas, ou já chegaram à conclusão precipitada que são indivíduos sujos que não cheiram bem. Existem também aqueles que sentem compaixão por elas, e, portanto, as olham de forma piedosa e cheia de comoção. Outros, em uma postura mais violenta, as ofendem e podem até agredi-las ou mesmo queimá-las como já foi exibido em canais da mídia em geral. Todas essas representações conduzem a designações impregnadas de preconceito que interferem na formação da identidade dessas pessoas vulneráveis (Mattos & Ferreira, 2004).

Os significados que as pessoas em situação de rua atribuem aos cães explicita a carga de afeto destinada aos seus companheiros das ruas. Nesse enfoque, Jodelet (2009) diz que as representações dizem respeito sempre a alguém e tem uma função significativa. A partir de seu estudo é possível o acesso aos diferentes significados que os sujeitos tanto individuais como coletivos imputam a determinado objeto no seu espaço social e material e a partir desse ponto verificar como os significados são divididos levando-se em conta a sua sensibilidade, interesse, desejo, emoção e a atividade cognitiva.

Mais além, verificar a representação social do cão sob a ótica dos indivíduos em situação de rua é tornar conhecido aspectos antes desconhecidos, a representação social deles em relação aos cães desvenda vínculo afetivo, companheirismo, amizade, lealdade. Segundo Sêga (2000) as representações sociais são um conceito que pode ser definido como um modo de interpretar e pensar a realidade no dia a dia. Elas podem ser encaradas como um tipo de conhecimento da atividade mental que foi desenvolvida por diferentes pessoas e grupos para que houvesse a fixação de suas posições em relação a diferentes situações, eventos, objetos, comunicações que lhes dizem respeito.

Soma-se a isso o fato de que sempre existe a necessidade de ficar informado sobre o que diz respeito ao mundo a nossa volta. Visto que há a necessidade de ajustamento a ele, é necessário também que se saiba comportar tanto no domínio físico quanto intelectual, além da identificação e resolução de problemas que podem aparecer: esta é a razão pelas quais se constituem as representações. Diante desse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, ninguém vive de forma mecânica, nem tão pouco vive isolado num espaço composto por vazio social: dividimos o mundo com os outros a que podem servir de apoio. Percebe-se então o motivo pelo qual as representações sociais são extremamente relevantes no nosso

dia a dia. É a partir delas que se pode ser guiado na maneira de nomear e também definir de forma conjunta as diferentes circunstâncias da realidade cotidiana, na maneira de interpretar essas circunstâncias, na tomada de decisões e de forma eventual, poder se posicionar frente a eles de forma a se defender (Jodelet, 2001).

Para que fosse trabalhado o tema “vínculo afetivo” foram selecionados depoimentos que evidenciavam alguma forma de vinculação. Em geral, os entrevistados expressaram o valor que o cão tem para eles: “Não tem preço, é o melhor amigo do homem” (Fala do participante 01); “O amor verdadeiro não se pode trocar por nada” (Fala do participante 02); “é como uma família, família não se vende” (Fala do participante 08); “teve um morador de rua que vendeu um, daí buscamos de volta, não se vende família, eles não têm preço” (Fala do participante 10). As falas dos participantes simbolizaram o laço afetivo que o cão tem para com as pessoas em situação de rua. O que possibilitou a identificação dos seguintes núcleos de sentidos: o cão como valor incalculável e a dinâmica da relação entre homem/cão; os quais apontam uma categoria mais ampla, para a temática o vínculo afetivo do cão para as pessoas em situação de rua.

Desta forma, pode-se deduzir alto valor emocional atribuído ao animal de estimação: eles se recusam a se separar desse último vínculo restante. Consiste em um vínculo que lhes atribuem um motivo para continuar vivo, não usar drogas, dividir o pouco que tem com o animal de estimação, além de lhes atribuir um senso de responsabilidade, pois eles têm um animal de estimação para cuidar e assim precisam também cuidar de si e de sua vida, a fim prover a sobrevivência de ambos.

Pode ser observado diante das falas dos participantes que o forte vínculo existente entre as pessoas em situação de rua e cães retrata a necessidade do ser humano de interação com o outro desde o nascimento, considerando a importância no seu desenvolvimento e formação da subjetividade. Nesta perspectiva, infere-se que a relação afetiva transferida para a relação com o cão, atende, de certa forma, necessidades afetivas e emocionais destas pessoas, como a necessidade de toque, afeto, carinho podendo assim ser considerada um fator protetivo para o autocuidado e promoção da saúde mental desses indivíduos condicionantes ao afeto e toque.

No que se refere à população em situação de rua, se pressupõe imediatamente a suspensão extrema dos vínculos familiares e as consequências desse rompimento, sendo necessário à manutenção da saúde mental. A família possui conotação simbólica positiva no que diz respeito a apoio aos entes familiares. Sem ela, a vivência pode se tornar extremamente negativa. Em diferentes casos, a família é evocada para auxílio a resolução de questões conflituosas tais como emoção, violência, uso de substâncias psicoativas e questões financeiras. Deste modo, as pessoas em situação de rua, apartados de sua família, ficam diretamente sujeitos a vivências negativas que poderiam ser amparadas com o apoio familiar. Desta forma, a rua passa a ser o espaço da ausência familiar, o que leva a outras consequências negativas, como a construção de uma percepção específica quando se pensa em pessoas em situação de rua (Melo, 2011).

O vínculo afetivo é essencial para a manutenção do bem-estar e saúde mental. Neste sentido, Rew (2000) evidenciada em seus estudos que ter a presença de pessoas que cuidam

um do outro e pelas quais exista uma conexão estabelecida, foi e se torna de caráter primordial para que ocorra o desenvolvimento mental e bem-estar entre a população adolescente. De forma análoga, aponta que a companhia de animais de estimação influencia de forma direta e positiva no bem-estar emocional e saúde de seus donos. Em seus estudos, amigos e animais de estimação como companhia: estratégias de enfrentamento contra a solidão entre jovens em situação de rua, são destacados os efeitos psicológicos significativos de possuir um cachorro pelo qual houve o desenvolvimento de um vínculo afetivo.

No que tange à relação homem/ cão, é de amplo conhecimento que existe um forte vínculo afetivo entre homens e cães e cada vez mais tem se conhecido os benefícios desta relação. De acordo com as experiências iniciais desenvolvidas por Martins (2012), é possível perceber que o animal das pessoas em situação de rua tem papel essencial no que diz respeito à ligação afetiva e emocional de seu dono. A dimensão e a importância dessa relação são tão significativas que chega a fazer com que a acessibilidade dos indivíduos em situação de rua a serviços e atendimentos específicos se condicionem ao aceite dos seus animais nesses locais.

De acordo com Costa (2006), os animais remetem diretamente a símbolos que variam desde a lealdade e o companheirismo de forma incondicional, suprimindo a necessidade humana de interagir de forma social, desempenhando desta forma diferentes papéis, mesmo que se preencha de forma incompleta a presença de outros seres humanos nas relações. Refere que os cães e as pessoas portam traços em comum quando se trata de sobrevivência e a noção do que é família. Os cães, como os homens vivem em grupos e possuem uma hierarquia social. Nesta perspectiva, pode-se compreender que:

Quando vivem na natureza, todos os canídeos naturalmente se organizam em matilhas baseadas na família. Ainda que os cães não tenham laços sanguíneos, os elos da vida e sobrevivência juntos os transformam em uma célula em bom funcionamento. Dentro dessas células, forma-se uma lealdade, uma confiança e uma compreensão tão profunda que nós, seres humanos, observamos com surpresa. São as qualidades que sonhamos ter em nosso relacionamento com a família em que nascemos e a família que criamos, mas por sermos “apenas humanos” normalmente não conseguimos. No entanto, quando trazemos os cães para a nossa vida, temos acesso à integridade inata deles. Ao tornarmos os cães membros legítimos de nossas famílias, temos a capacidade de tornar essas famílias humanas mais fortes. (Millan, 2013, p. 9)

No que diz respeito à população em situação de rua, essa realidade não é diferente: a forte conexão prevalece, conforme refere Sposati (2009):

O encontro entre cão e uma pessoa em situação de rua é, sem dúvida, um símbolo de reconhecimento de identidades perdidas. São relações fortes ao ponto de muitos moradores de rua rejeitarem a ida para os albergues quando estes não permitiam que o cão o acompanhe. Laços de pertencimento são relatados a partir da relação com pequenos objetos, símbolos e animais. (Sposati, 2009, p. 193)

Conforme observado, é clara e evidente a força do vínculo entre seres humanos e cães: os animais melhoram significativamente a qualidade de vida das pessoas, pois elas se sentem mais felizes com a redução do sentimento de solidão, bem como há a melhora das funções físicas e saúde emocional. A vida das pessoas idosas é ocasionalmente fragilizada por diversas perdas e mudanças e é aí que entra os animais de companhia, cujas funções podem ser trazer o reconforto nos momentos de estresse e suavizar os efeitos das diversas perdas (Costa, 2006).

Assim como os dados encontrados nesta pesquisa, Kidd & Kidd (1994) demonstram que os donos de cachorros evidenciam o vínculo com os animais através da comunicação e comportamento. Dessa forma, os comentários tais como “melhor amigo”, “o único que amo”, “minha proteção” podem ser consideradas evidências de vínculos fortes.

Os referidos autores apontam que os desafios enfrentados pelas pessoas em situação de rua dizem respeito à alimentação do pet e aos cuidados veterinários. Devido a isso, essas pessoas dividem a sua comida com os animais por mais que seja em quantidade limitada (Kidd & Kidd, 1994).

Estas questões também foram percebidas na pesquisa, denotando-se que o principal desafio enfrentado pelas pessoas em situação de rua é pertinente à alimentação do animal de estimação, de forma que sete (70%) dos entrevistados referiram pedir ajuda a outras pessoas sobre os cuidados com seu cão: “As pessoas gostam de cachorro. O Dingo é conhecido, tem até carteira de veterinário” (Fala do participante 01). Enquanto que três (30%) participantes relataram conseguir cuidar dos seus cães sem ajuda.

Quanto ao tema “segurança”, de forma geral, os entrevistados explicitaram que o cão tem funções como ser um alerta que avisa dos perigos, bem como ser um protetor: “Ele late para estranhos” (Fala do participante 01); “Se chegar alguém ele late. Se vier fazer alguma coisa ele protege” (Fala do participante 03); “É um alerta, o despertador, alerta do perigo” (Fala do participante 07). As falas dos participantes denotam a função do cão como guardião. O que possibilitou a identificação do núcleo de sentidos que levados a uma categoria mais ampla aponta para a temática segurança.

Indagados se o cão protege seus donos sobre os perigos de se viver nas ruas, a resposta foi unânime: 100% dos entrevistados afirmaram que sim, o cão protege dos perigos de se viver nas ruas: “Eles latem e avisam do perigo, começa a puxar o cobertor, rosna” (Fala do participante 04) ou “Ele ataca as pessoas que querem fazer mal a nós” (Fala do participante 10).

Tais achados também se mostram convergentes aos dados relatados por Kidd & Kidd (1994) que observaram na maioria dos adultos que possuem animais de estimação a associação frequente com: melhoria de saúde, redução de estresse, segurança, distração, consolo e apoio emocional, redução da solidão, amor incondicional e aceitação. Além disso, eles ajudam as pessoas a manterem contato com outras pessoas, desse modo, aumenta a qualidade de vida do dono.

De igual forma, dados da pesquisa de Rew (2000) demonstram que cães, além de serem companhias para as pessoas em situação de rua, contribuem para a segurança dessas pessoas, além de proporcionar amor incondicional e também uma razão para que elas continuem vivas, uma vez que os animais são dependentes dos donos, seja por meio de carinho ou de alimentação, tornando-se, assim responsáveis pela vida e cuidados básicos dos animais.

Em relação ao tema “benefícios de se ter um cão”, selecionaram-se os seguintes recortes de depoimentos dos entrevistados:

Em geral, os entrevistados expressaram a reação das pessoas quando os viam com seus cães; “Tratam melhor”(Fala do participante 02); “Você está cuidando do bicho, daí eles te valorizam”(Fala do participante 04), “É tratado melhor com o cachorro”(Fala do participante 08); alguns entrevistados afirmam que são tratados melhores pelas pessoas em geral quando estão acompanhados por seu animal de estimação: “Você está cuidando do bicho, daí eles te valorizam”(Fala do participante 04); “É a mesma coisa de estar acompanhada de uma criança”(Fala do participante 05); “As pessoas se aproximam mais”(Fala do participante 02).

As falas dos participantes representam uma das funções que os cães têm para as pessoas em situação de rua que é a ponte para a reinserção social. O que possibilitou a identificação do núcleo de sentidos a visibilidade social que levado a uma categoria mais ampla aponta para a temática benefícios de se ter um cão.

Similarmente, segundo Kidd & Kidd (1994) em uma entrevista foi perguntado como os animais afetam a relação com outras pessoas, sendo referido por 35 dos entrevistados (67%) que possuir animais de estimação fazia com que as outras pessoas tratassem melhor as pessoas em situação de rua que possuíam animais do que aquelas que não os tinham. Eles fizeram apontamentos tais como: eles gostam dos meus cachorros, então eles falarão comigo; os animais de estimação facilitam a conversa e o diálogo entre as pessoas. Ademais, outros 5 participantes (19%) disseram que pessoas podem ser mais ou menos amigável, dependendo se eles gostam de cachorros ou não.

De acordo com estes aspectos, Irvine (2013) afirma que o animal não só facilita a interação social com outras pessoas como também garante outros benefícios sociais e psicológicos como a melhora no senso de importância e aumento da autoestima. Nas palavras do autor, refere que: “as pessoas que eu entrevistei recordam exemplos de interação social facilitada devido a presença do animal que aconteceram independente da aparência do dono ou animal” (Irvine, 2013).

Rew (2000) também destaca vários benefícios em se ter um cachorro. Dentre estes aponta: a companhia; diminuição do isolamento social e também da sensação de estar sozinho; uma companhia que não o julga por sua condição de vida; amor incondicional que é algo que muitas pessoas em situação de rua acabam por não experimentar devido à sua condição de vida; além disso, os cães ajudam essa população a se sentir melhor e mais saudáveis, uma vez que eles faziam mais exercícios, e os mantinham aquecidos durante os dias frios; além de aumentar a interação social com outras pessoas.

Outros autores como Singer, Hart & Zasloff (1995) apontam outros benefícios indiretos de se ter um cão de estimação:

Soma-se a isso o fato que entre as médias dos entrevistados, aqueles que possuíam pets não eram notadamente depressivos e sem esperança. Possivelmente, eles funcionam como um tampão contra o estresse das pessoas em situação de rua e aumentam o contentamento dessas pessoas. O resultado do estudo aponta para a necessidade de

se considerar pessoas em situação de rua e animais como uma unidade e trabalhar para criar um ambiente adequado e responsável para estes pares homem- animal. (Singer, Hart & Zasloff, 1995, p. 5)

No que tange a pesquisa pode ser inferido que a premissa básica para o sucesso da relação homem/cão está alicerçada no forte vínculo formado por essa amizade: “a gente se encontrou na mesma condição, amores recíprocos, situação de rua” (Fala do participante 05).

Existem efeitos psicológicos realmente relevantes por se ter um cachorro pelo qual houve o desenvolvimento de vínculo afetivo. Dentre as descobertas, de acordo com a pesquisa de Rew, está que dentro do universo das pessoas que viviam totalmente sozinhas, ou seja, aquelas que não possuíam animais de estimação eram expressivamente mais solitárias do que outras que viviam com seus cães. Desta forma, os autores chegaram à conclusão que os animais de estimação contribuem para a diminuição do sentimento de solidão além de compensar a ausência de outras pessoas (Rew, 2000).

Os benefícios de se ter um cão como companhia tem se mostrado mais e mais como uma ferramenta de auxílio contra a depressão, solidão, melhora da qualidade de vida dos seus donos. Entretanto, esses benefícios são poucos explorados e muitas vezes ignorados. Porém, é preciso afirmar que os animais de estimação possuem papéis fundamentais no que diz respeito à estabilidade, autoestima, a motivação das pessoas em situação de rua a procurar um lar para se viver (Singer, Hart & Zasloff, 1995).

Além disso, a presença de um animal de estimação faz com que o dono se torne mais responsável e faça escolhas mais saudáveis em prol dos dois. Rew (2000) cita que possuir um cachorro como companheiro torna a vida do dono menos solitária e auxilia para que o dono tome decisões mais responsáveis: você faz diferentes escolhas sobre o que você fará com o seu tempo e como gastará seu dinheiro.

Irvine (2013), por sua vez afirma que os animais colaboram e ajudam as pessoas, para que elas construam uma identidade moral em amplos aspectos como: os animais demandam cuidados e comprometimento em atividades rotineiras do dia a dia, e, desta forma, colaboram para a transmissão de sensação de importância para a pessoas que efetuam os cuidados. Além disso, os donos dos animais têm a possibilidade da construção de uma identidade moral a partir do momento que se colocam na coexistência com os animais.

Kidd & Kidd (1994) destacam que na média das pessoas adultas que tem animais de estimação, há a associação frequente de melhoria de saúde, além de serem redutores de sintomas de estresse; os animais estão também associados a fatores de segurança; distração; apoio emocional e consolo; redução da solidão; bem como amor incondicional e aceitação. Outro ponto importante é que os animais colaboram para que haja a conexão com outras pessoas. Dessa forma, aumentam a qualidade de vida dos seus donos.

Ter um cão significa tomar responsabilidades para si, significa também compartilhar e também ter a sensação de solidão reduzida. Rew (2000) é enfático em mostrar os benefícios da companhia de um animal de estimação em seus estudos tais como responsabilidade, companhia, diversão, diminuição da solidão, compartilhamento.

Em relação ao tema “Escolha: abrigo/permanecer nas ruas”, destacaram-se as seguintes respostas, selecionadas a partir do questionamento se eles iriam para um abrigo se pudessem levar consigo seus cães: das respostas obtidas sobre a possibilidade de ir para um abrigo com seu cão, ou ficar nas ruas, seis (60%) responderam que sim: “Sim, depende do abrigo” (Fala do participante 01); Sim. “A condição para ir é que somos 2, a única condição para ir era ir as duas, somos uma unidade” (Fala do participante 05). “Sim. Depende, diminui o uso de drogas” (Fala do participante 06); “Sim. Se não aceitar, eu ficaria na rua com ele” (Fala do participante 08). Ao passo que outros 04 disseram que não devido a motivos tais como: Não. Nem o cachorro nem eu gosta de ficar” (Fala do participante 09); “Não. O cachorro não é tratado bem no abrigo” (Fala do participante 02).

As falas dos participantes expressam a disposição/ indisposição para ir ou não para uma instituição de acolhimento. Foram identificados os seguintes núcleos de sentido: abrigo como fator decisório; abrigo como fator de repulsão e abrigo como fator irrelevante. Com a classificação desses núcleos de sentido numa categorização mais ampla, pode-se chegar ao núcleo de sentido: política públicas – escolha: abrigo/permanecer nas ruas.

Pode ser percebido, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, que ainda há falta de estrutura para receber tanto a pessoa em situação de rua quanto seu cão no abrigo. De acordo com as falas dos participantes, há poucos abrigos que têm canis, em Curitiba ou região metropolitana, onde o animal de estimação possa ser abrigado e ficar perto do dono. Frente a isso, muitas pessoas preferem dormir nas ruas do que ir para o abrigo.

De acordo com Singer, Hart & Zasloff (1995), essa questão remete a outros questionamentos: se esses animais de estimação têm responsabilidade, mesmo que de forma parcial, da manutenção dessas pessoas nas ruas. Segundo os autores, perceberam em seus estudos que muitas das pessoas em situação de rua se recusam a ir para um abrigo porque eles tinham animais de estimação. Além disso, mencionam que muitas pessoas nessa situação passaram a ter animais depois de terem ido para as ruas, entretanto, o motivo pelo qual houve a adoção do animal de estimação diz respeito à amizade, lealdade, proteção.

A procura por um abrigo/albergue se torna complicada para as pessoas em situação de rua devido à presença do animal de estimação. Com o intuito de suprir as necessidades desse grupo é preciso que seja feita uma avaliação como um problema integrado, visto que animais e pessoas em situação de rua devem ser encarados como uma unidade.

Deste modo, como visto na literatura e nos achados da pesquisa, a maior parte dos entrevistados disseram que não iriam para um abrigo devido a ter animais de estimação. Este fato gera como consequência prováveis preconceitos. O primeiro deles mostra que se uma pessoa não aceita sua ida para o abrigo, então essa recusa individual pode ser entendida como uma recusa à ida para o abrigo devido à presença do animal de estimação e não por qualquer outra razão justificável. Portanto, por ser dono de um bicho de estimação poderia funcionar como uma desculpa conveniente, utilizada pelas autoridades ou população em geral, como uma barreira de acesso a um abrigo adequado a suas necessidades e desta forma permaneceriam nas ruas.

Seis (60%) dos entrevistados revelaram que o fato de levar o cão para abrigo ajudaria na decisão de permanecer no abrigo, ao passo que quatro (40%) disseram que não: “Eu prefiro as ruas. Às 05 da manhã te tiram do abrigo, das 19 às 20 no máximo você tem que entrar. Então é melhor ficar na rua” (Fala do participante 10). Esta afirmação do entrevistado é similar ao apontado por Kidd & Kidd, (1994) que a vida nas ruas pode significar um fator estressante de risco tanto para a saúde física e mental, visto que perda do lar é visto como um fator estressante severo. Para agravar ainda mais a situação, as condições de vida nos abrigos reproduzem quase que frequentemente os sintomas dos traumas sofridos.

Pessoas em situação de rua estão diretamente ligadas à questão da invisibilidade, visto que é um problema sério que afeta essa parcela da população e causa o impedimento da conquista de seus direitos que são reconhecidos.

A invisibilidade é explicitada diante do fato de que somente em 2009 foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Além disso, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua teve início somente a partir do começo do século 21. Apesar de existir medidas do Estado e da sociedade civil com enfoque nessa população, pode-se afirmar que esses autores atuavam de forma quase sempre sob a ótica assistencialista ou até com políticas higienistas. Isso quer dizer que essas pessoas são reconhecidas como cidadãos há pouco tempo, entretanto, ainda não há o acolhimento pela sociedade (Brasil, 2014).

Situação similar é notada por Melo (2011), que mostra que a população de rua tem seus direitos mais básicos cortados, além do desrespeito a sua condição e conseqüente inúmeras faltas que o processo de exclusão lhes atribuiu visto que ainda não há o reconhecimento da sua humanidade perante aos processos sociais que tem caráter deslegitimador de suas condições de vida. A ausência de referências e de elos que conectam o indivíduo ao reconhecimento impede a possibilidade de ele ser tratado como um indivíduo em atribuição de seus direitos fundamentais. Portanto, a partir de um princípio oculto, que denota em todos seus nuances que viver na rua não pode ser um local a ser habitado na sociedade.

Klein & Bock (2015), são enfáticas em destacar a dificuldade que se tem para que se garanta o acesso amplo, simplificado e seguro a essa série de direitos que nem sempre ocorrem, sejam por causa dos obstáculos, limitações ou mesmo devido ao preconceito existente relacionado às pessoas em situação de rua. Deste modo, sendo apoiado por referencial teórico e leis, pode-se levar a indagações sobre como garantir direitos tais como segurança, cultura, esporte e demais para os indivíduos que moram nas ruas sem que eles tenham proteção de qualquer entidade? E mais além, como dar garantia de moradia de forma fixa e permanente para uma pessoa que tem sua vida diretamente relacionada à situação de rua? Pois de acordo com as autoras, se os indivíduos têm moradia, ele estaria fora das condições de se estar na rua e deste modo não poderia ganhar o benefício concernente à norma.

Ferreira (2005), aponta que há desafios a serem enfrentados quando se pretende construir uma política nacional para inclusão da parcela da população que vive em situação de rua começando pelo que fato da dificuldade de até mesmo conceituar quem é essa população.

Quando se fala em pessoas em situação de rua, deve-se levar em conta a diversidade dos diferentes grupos que possuem localidades distintas, além de ser uma parcela da população heterogênea. Podem possuir ou não endereço fixo, mas ficam a maioria do tempo nas ruas. Tudo isso faz com que haja dificuldade de conceituação. Entretanto, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a definição de pessoa vivendo em situação de rua é:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (Brasil, 2009, p. 01)

Por outro lado, em algumas capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, diferentes setores da sociedade civil têm investido na articulação no que se trata da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Entretanto, ainda assim não houve a concretização de muitas iniciativas públicas voltadas para essa parcela da população. Alguns municípios são dignos de destaque devido a suas experiências criativas e inovadoras, mas ainda são restritas perante uma demanda ascendente. Com as áreas de Saúde e Segurança agindo de um modo indireto, restou a Assistência Social os equipamentos urbanos e projetos sociais (Costa, 2005).

Diante desse contexto, é digno de urgência que haja o resgate da identidade dos indivíduos em situação de rua. Ela é necessária, antes de qualquer outra busca, a recuperação da sua própria percepção de que as pessoas em situação de rua são seres humanos. Perante esta demanda, houve a necessidade de mobilização do Governo Federal, no que tange à criação de uma política com o intuito de sanar as necessidades, direitos e deveres dessas pessoas (Brasil, 2014).

Deste modo, surgiu o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, cujo objetivo foi a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Para que uma pessoa seja considerada indivíduo em situação de rua, essas 4 condições devem estar presentes: a pobreza absoluta; os vínculos familiares quebrados ou fragilizados; ausência de residência regular; uso de locais públicos e regiões degradadas como meio de moradia ou mesmo sustento (Brasil, 2014).

Apesar deste avanço, nos dados encontrados não se evidenciou o reconhecimento ou o desenvolvimento de ações das políticas públicas voltadas aos participantes da pesquisa. Neste sentido, fica evidente a estigmatização e o preconceito em relação às pessoas em situação de rua, juntamente com seus animais de estimação, sendo necessário refletir sobre as reais necessidades desses sujeitos, a fim de se repensar as ofertas das políticas públicas, e principalmente ao que concerne ao acesso aos abrigos e como a inclusão dos cães nessas ações poderiam facilitar a reinserção social desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o significado do cão para as pessoas em situação de rua explicitou um caminho novo que pode ser utilizado como recurso para elaboração de estratégias de intervenção visto que os entrevistados expressaram diversas palavras que remetiam à representação social do cão para eles.

As palavras mais presentes em seus discursos foram amigo e companheiro: “Amigo, companheiro, a única certeza, obediência, te espera a sua chegada”; ou “Tem sentimento, companheiro, é fiel, entende gente, na rua só tem amigos de drogas, o cachorro é leal, não te abandona, é fiel”. Portanto, a representação social do cão para as pessoas em situação de rua denotou o vínculo afetivo entre o homem e o cão, mostrando-se de grande valia, visto que há o potencial de proteção e promoção da saúde mental do indivíduo, sendo assim um facilitador da sua reinserção social, mostrando-se pertinente considerar a estratégia de envolver a proteção animal no desenvolvimento de políticas públicas voltadas a pessoas em situação de rua, de forma a promover a cidadania e o resgate desses indivíduos ao convívio social.

No que diz respeito à relação homem/cão, é de amplo conhecimento que existe um forte vínculo afetivo entre homens e cães e cada vez mais tem se conhecido os benefícios desta relação e, portanto, torna-se muito evidente a percepção que o animal das pessoas em situação de rua cumpre um papel essencial no que diz respeito à ligação afetiva e emocional de seu dono.

A forte ligação e potência dessa relação se revelam importantes, ao ponto que funciona como fator decisório entre ficar na rua ou ir para o abrigo, visto que muitas vezes o acesso dos indivíduos em situação de rua aos serviços e atendimentos específicos fica condicionado ao aceite da permanência de seus animais nestes locais. Entretanto, é preciso certa cautela com esse condicionante. Em seus estudos, Singer, Hart e Zasloff (1995), enfatizam que essa hipótese pode levar a mais estigmas a essa população. Visto que o fato dessas pessoas não irem para os abrigos por causa de seus cães, podem provocar mais preconceitos em relação a essa população, o primeiro deles trata-se do fato de se uma pessoa se recusar a ir para o abrigo, essa recusa individual pode ser sentida como um fator relacionado à presença de seu bicho de estimação e não por causa de qualquer outra justificativa razoável. Ter um animal de estimação poderia funcionar como uma desculpa plausível usada por qualquer órgão governamental com o intuito de não ofertar abrigo para pessoas em situação de rua que possuíssem cães. O preconceito contra as pessoas em situação de rua é evidente, e associado a cães ainda se torna maior. Mais além, deve-se pensar que abrigos adequados a essa população que considerasse o resgate do animal de estimação também. Entretanto a realidade no espaço de Curitiba e região metropolitana é o oposto disso: a inclusão de seus bichos de estimação quando de se trata do resgate conjunto é muito difícil de se achar.

Como uma provável saída para essa questão, seria preciso que setores da saúde como centro zoonoses trabalhassem em conjunto com a equipe de saúde por esta causa objetivando auxiliar no que diz respeito aos cuidados veterinários desses animais visando a melhoria de sua saúde deles e dessa forma, não se tornarem um obstáculo no que tange a sua ida para o

abrigo com seu dono. Além disso, outro ponto que foi reportado como entrave para que as pessoas fossem para o abrigo, é a falta de acolhimento nesse espaço. Desta forma, pode-se pensar também em oficinas às equipes de saúde em geral que trabalham com as pessoas em situação cujo enfoque poderia ser a humanização do cuidado para com as pessoas em situação de rua/cães visando tornar os abrigos um espaço mais acolhedor a essas pessoas e seus cães.

Apesar de estudos mostrarem os benefícios de se ter um cão e como esta companhia pode funcionar como uma ferramenta de auxílio contra a depressão, solidão, melhora da qualidade de vida dos seus donos, esses aspectos ainda são poucos explorados e muitas vezes ignorados, quanto ao seu potencial terapêutico e socializador.

Ademais, evidenciou-se no discurso pesquisado que ainda há falta de estrutura nos abrigos para que possa levar tanto a pessoa em situação de rua quanto seu cão para o abrigo, culminando que estes prefiram dormir nas ruas do que ir para o abrigo no município de Curitiba e Região Metropolitana. Pelo o que foi verificado na entrevista, de acordo com as falas dos participantes, há poucos abrigos que têm canis, em Curitiba ou região metropolitana, onde o animal de estimação possa ser abrigado e ficar perto do dono.

Pode-se concluir que a presença de um animal de estimação como companhia faz com que o dono se torne mais responsável e faça escolhas mais saudáveis em prol dos dois, visto da necessidade de compartilhar o alimento, o local de dormir e como gastará o dinheiro e o tempo focalizando no bem-estar dos dois. Diante da dinâmica dessa relação, a pessoa em situação de rua pode se tornar novamente sujeito de suas ações, deste modo deve haver o fomento de políticas públicas para que essas pessoas se tornem protagonistas de seu processo sócio histórico, incluindo assim seus cães.

Neste sentido, faz-se necessário afirmar que os animais de estimação possuem papéis fundamentais quando em relação com o homem, no que diz respeito à estabilidade emocional, autoestima e motivação das pessoas em situação de rua, podendo disparar movimentos de vida, como talvez em procurar um lar para se viver, ou se reestabelecer, promovendo assim a reinserção social.

Frente a essa realidade, é necessário que haja o resgate da identidade dos indivíduos em situação de rua e dos significados de suas relações. Soma-se a esta demanda a necessidade da realização de mais estudos junto a esta população, com o intuito de descrever o processo de desenvolvimento de habilidades sociais e formação de outros vínculos a partir da companhia desses animais, bem como mensurar e reafirmar os benefícios apontados pela literatura, como a contribuição para o decréscimo do sentimento de isolamento e solidão e aumento de associações a diversas melhorias na saúde.

Mais além, acredita-se que os resultados de novas pesquisas possam contribuir para a diminuição de preconceito e estigmatização da população em situação de rua, bem como contribuir para o desenvolvimento de intervenções dentro da comunidade em geral, buscando a redução do isolamento, promovendo assim a inclusão social e familiar desses cidadãos.

Neste sentido, Kidd & Kidd (1994) apontam que muitas pesquisas relacionadas a pessoas e seus animais de estimação tem identificado que os animais contribuem tanto para a saúde mental quanto física dos donos. Esses benefícios denotam que os animais são de

extrema importância para as pessoas em situação de rua, visto que muitos deles não possuem companhias humanas adequadas. Desta forma, os autores também sugerem a necessidade de estudos futuros para que se possa ter dados mais precisos concernentes ao número de pessoas em situação de rua que possuem animais de estimação, que tipos de animais e quais são os benefícios que estão implícitos quando se tem um animal de estimação para as pessoas em situação de rua.

De igual forma Rew (2000) destaca a necessidade de que sejam feitos mais estudos qualitativos com o intuito de descrever o processo pelo qual o desenvolvimento de habilidades sociais com a finalidade de formação de amigos e vínculos a partir da companhia de animais possam contribuir para o decréscimo do sentimento de isolamento e solidão e aumento de associações a diversas melhorias na saúde. Mais além, o autor evidencia que novos estudos podem suprir novas informações concernentes à população em situação de rua e conseqüentemente levar à condução e desenvolvimento de intervenções dentro da comunidade, que auxiliem na exploração do significado das relações familiares e meios de se formar novos contatos sociais e estratégias que ajudem pessoas em situação de rua no que tange ao desenvolvimento de habilidades sociais com o intuito da redução do isolamento social associado.

Conclui-se, portanto, que perante a realidade apresentada, urge a necessidade de se pensar em medidas ou estudos que auxiliem tanto as pessoas em situação de rua como cães abandonados, tendo em vista que o cão se tornou o elo entre a sociedade em geral e a pessoa em situação de rua, podendo-se inferir que a representação social do cão para a pessoa em situação de rua significa o afeto, o conforto e amparo emocional perante suas possíveis perdas, e que esta relação lhe traz benefícios segurança, saúde e bem estar, sendo assim um preditor ou facilitador da sua capacidade de resiliência.

Durante a coleta de dados foram observadas dificuldades e limitações. Inicialmente a maior dificuldade envolveu a localização dos participantes no extenso espaço urbano de Curitiba e região metropolitana, visto que os participantes se movimentavam durante o dia no espaço urbano, seja em busca de comida, seja em busca de alguma atividade para que obtivesse alguma forma de remuneração.

No contato com o público, alguns estavam sob efeito de substâncias psicoativas, como o uso de álcool e outras drogas, filtrando o público da pesquisa, uma vez que esse era um dos critérios de exclusão.

Por fim, ressalta-se que a presente pesquisa foi restrita a apenas pessoas em situação de rua que possuíam cães. Entretanto, recomenda-se ampliar as investigações, de forma a incluir as pessoas em situação de rua em geral, visando se conhecer melhor as características e dificuldades deste público (níveis de depressão, postura de enfrentamento diante das dificuldades de se viver nas ruas, formação e manutenção de vínculos afetivos, uso de substâncias psicoativas, ausência /prevalência de transtornos mentais, formas de interação social, etc.) a fim de se evidenciar dados da realidade que possam subsidiar a construção e implementação de estratégias e políticas públicas em prol desta população.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. J. S., Guilloux, A. G. A., Zetun, C. B., Polo, G., Braga, G. B., Panachão, L. I.... & Dias, R. A. (2013). Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. *Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP*, 11(2), 34-41. Recuperado de <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/16221/17087>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa (2014). *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf
- Carvalho, A. A. B., Crisólio, A. P. R., Bueno, G. M., Testi, A. J. P., Martins, M. C., Portela, L. C. ... & Nunes, J. O. R. (2011). Caracterização da população de cães e gatos e avaliação do nível de conhecimento dos moradores sobre zoonoses e posse responsável de animais de estimação, em bairros do município de Jaboticabal/SP. *Revista Ciência em Extensão*, 7(2), p. 158-159. Recuperado de https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/555/587
- Ciampa, C. (2004). Identidade. In S. T. M. LANE, & W. Codo, *Psicologia Social: o homem em movimento* (Orgs.). São Paulo: Brasiliense.
- Conde, P. S. (2017, julho). Justiça ambiental e a necessidade de realização de políticas públicas de destinação digna aos animais abandonados em apoio ao trabalho das Organizações não Governamentais. *Congresso de direito à cidade e justiça ambiental*, Londrina, PR, Brasil, 2. Recuperado de <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/131287~1.pdf>
- Costa, A. (2005). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, 4(1), 1-15. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527157003>
- Costa, E. (2006). *Animais de estimação: uma abordagem psico-sociológica da concepção dos idosos* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências da Saúde, universidade Estadual do Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de http://www.uece.br/cmasp/dmdocuments/edmarachaves_2006.pdf
- Cunha, J. (2015). *Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- Decreto n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
- Ferreira, F. (2006, agosto). População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005. *Anais do Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, MG, Brasil, 12. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/6519858.pdf>

- Fraser, M., & Gondim, S. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa (2004). *Paidéia*, 14(28), 139-152. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>
- Irvine, L. (2013). *My dog always eats first*. Colorado, EUA: Lynne Rienner Publishers.
- Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930897001>
- Kidd, A., & Kidd, R. (1994). *Benefits and liabilities of pets for homeless*. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8058851>
- Klein, A., & Bock, J. (2015). Da efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua: uma análise crítica em atenção à dignidade da pessoa humana. *Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, Santa Cruz do Sul, SC, Brasil, 11. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/14267/2711>
- Lane, S. (2004). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lopes, J. (2006). Exclusão Social, privações e vulnerabilidade uma análise dos novos condicionamentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, 20(1), 123-135. Recuperado de http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_09.pdf
- Martins, M. (2012, julho). Exclusão Social: o cotidiano de moradores de rua e seus animais na cidade de São Paulo. *Seminário de Direitos Humanos-UNESP*, Pirassununga, SP, Brasil, 4.
- Mattos, R., & Ferreira, R. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>
- Mazzotti, A. (1994). Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. *Em Aberto*, 14(61), 60-78. Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1944/1913>
- Melito, L. (2018). População em situação de rua deve ficar fora do censo de 2020. *Agência Brasil*. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>
- Melo, T. (2011). *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua* (Tese de Mestrado). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Millan, C. (2013). *Um membro da família: O guia definitivo para um cachorro feliz e saudável* (C. C. Coelho, Trad.). Rio de Janeiro: Agir.
- Minayo, M. (2001). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade* (18a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Minayo, M. (2005). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Moscovici, S. (2015). *Representações Sociais: Investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

- Natalino, M. (2016). Estimativa da população em situação de rua no Brasil. In Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Texto para discussão*. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf
- Piva, N. (2016, dezembro). Curitiba tem 1,7 mil moradores de rua; maioria tem família na região. *Gazeta do Povo*. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/curitiba-tem-17-mil-moradores-de-rua-maioria-tem-familia-na-regiao-cg6hv3l51sk3lgo4bd8dneil>
- Rew, L. (2000). Friends and pets as Companions: Strategies for Coping with Loneliness among homeless youth. *Journal of Child and Adolescent Psychiatry*, 13(3), 125-132. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11111505>
- Sêga, R. (2000). O conceito de representação social na obra de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, 8(13), 128-133. Recuperado de https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-R&as_sdt=0%2C5&q=respresenta%C3%A7%C3%A3o+social+de+jodelet&btnG=
- Singer, R., Hart, L., & Zasloff, L. (1995). Dilemmas associated with rehousing homeless people who have companion animals. *Psychological Reports*, 77(3), 851-857. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8559923>
- Sposati, A. (2009). O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua* (pp. 193-223). Brasília: MDS/SAGI/SNAS. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_cocesso em 29 jun. 2018.

Recebido em: 30-09-2019

Primeira decisão editorial: 19-11-2019

Aceito em: 05-12-2019